

“Corpo-si” e “uso de si”: uma trajetória de vida no Terceiro Setor

"Body-self" and "use of self": a life trajectory in the Third Sector

"Body-self" y "use of self": una trayectoria de vida en el Tercer Sector

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújoⁱ

Resumo: O objetivo do trabalho é expor uma experiência pessoal e profissional da autora no Terceiro Setor, que me possibilitou fazer no campo de estudo sobre direitos humanos, relacionando as noções de “corpo-si” e “uso de si” para a compreensão da convocação do ser na execução do referido trabalho. As principais discussões refletem a perspectiva epistemológica da escuta como iluminadora de um caminho de novos saberes e conhecimentos na relação com o outro. A metodologia do trabalho será a pesquisa qualitativa de delineamento bibliográfico, com consulta de livros e periódicos, e relato de experiência de minha atuação em projetos sociais no Rio de Janeiro e Bahia, desde 2008.

Abstract: The objective of the work is to expose a personal and professional experience of the author in the Third Sector, which enabled me to do in the field of study on human rights, relating the notions of “body-self” and “use of self” to understand the convection of the be in carrying out that work. The main discussions reflect the epistemological perspective of listening as an illuminator of a path of new knowledge and knowledge in relation to the other. The methodology of the work will be the qualitative research of bibliographic design, with consultation of books and periodicals, and report of experience of my performance in social projects in Rio de Janeiro and Bahia, since 2008.

Resumen: El objetivo del trabajo es exponer una experiencia personal y profesional del autor en el Tercer Sector, lo que me permitió hacer en el campo de estudio sobre los derechos humanos, relacionando las nociones de "cuerpo propio" y "uso de uno mismo" para comprender la convocatoria del estar en llevar a cabo ese trabajo. Las discusiones principales reflejan la perspectiva epistemológica de escuchar como un iluminador de un camino de nuevo conocimiento y conocimiento en relación con el otro. La metodología del trabajo será la investigación cualitativa del diseño bibliográfico, con consulta de libros y publicaciones periódicas, y el informe de la experiencia de mi desempeño en proyectos sociales en Río de Janeiro y Bahía, desde 2008.

Palavras-chave: epistemologia; ergologia; terceiro setor

Keywords: epistemology; ergology; third sector

Palabras claves: epistemología; ergología; tercer sector

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é expor minha experiência como operadora do Direito, dentro de contextos comunitários em que estive inserida durante um percurso de dez anos, vivência em que optei pelo processo de escuta como iluminador da dimensão epistemológica que envolve a relação do sujeito e da realidade por ele vivenciada, que possibilita a exploração de um espaço complexo e multidimensional como agregador de um conhecimento construído de forma situada (HARAWAY, 1994).

Para Haraway (1994), o conhecimento pode ser construído a partir da parcialidade, de fragmentos, de um lugar desprezado que recusa as polaridades, que foge de uma teoria totalizadora, responsável pela perda de grande parte da realidade. Como a contribuição de Haraway, o que se pretende é a defesa de um conhecimento situado, que exponha a visão parcial desde um corpo contraditório e complexo em contraposição a uma visão de cima e simplista, que busque as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas a partir de um viver dentro de limites e contradições. Para Morin e Moigne (2000, p. 91), “o conhecimento só pode ser pertinente se ele situar seu objeto no seu contexto e, se possível, no sistema global do qual faz parte, se ele cria uma forma incessante que separa e reúne, analisa e sintetiza, abstrai e reinsere no concreto”.

O que se pretende é privilegiar o olhar a partir da complexidade do universo social. O mundo, quando analisado sob o ângulo de suas regularidades, pode parecer simples, como que obedecendo a um princípio de ordem e de organização, mas na verdade ele se complexifica a partir do momento em que se observa a partir de uma inteligência da desordem, usada para refinar, enriquecer e tornar mais sutil o olhar que se dirige aos fenômenos (MORIN, 2013). Para Santos (2008), a teoria da complexidade e transdisciplinaridade surgem em decorrência do avanço do conhecimento e do desafio que a globalização colocada para o século XXI. Trata-se de uma nova forma de interpretação da realidade pautada no reconhecimento de diferentes pontos de vista, no intercâmbio dos saberes e na transposição das cadeias disciplinares com vistas à construção de um conhecimento mais dialógico, situado e contextualizado (GIANNELLA, 2007).

Essa forma de se pensar a produção do conhecimento e de ser no mundo passa por afetar também o mundo educacional e do trabalho. Uma vez que todo o projeto educacional induz valores, não existe educação isenta. Assim, a pura racionalidade abarca a contradição da formação e de-formação, desta forma, quanto mais especialista, mais ignorante ou quanto mais racional, menos sentimental. O sentido da educação seria preparar para a mobilização, que instrumentalize mudanças, fugindo da mera repetição das formas de ação já conhecidas (BITTAR, 2014).

Para tanto, diante dos constantes embates que vivenciei entre a racionalidade jurídica e a complexidade do contexto social pretendo explorar neste texto a escuta do meu eu, refletindo sobre os caminhos e decisões que me fizeram aproximar como gestora social do contexto comunitário estudado, quais os meus valores, conhecimentos, habilidades, adquiridos em minha trajetória pessoal e profissional, observando a minha própria disposição para a escuta do outro.

Refletir como foi lidar com os meus julgamentos e prenoções, como as minhas verdades foram abaladas diante de outros pontos de vistas. Este será o caminho para apresentação da minha vida enquanto trabalhadora, assumindo assim a dimensão “do ponto de vista daquele que trabalha” (DURRIVE e JACQUES, 2010, p. 295), permitindo a discussão sobre as normas e valores que renovam a atividade humana durante a relação do trabalhador com o meio em que se encontra engajado (SCHWARTZ, DUC e DURRIVE, 2010).

O trabalho visa apontar a minha trajetória de vida como um processo de acumulação de conhecimentos que tentarei sistematizar para melhor apresentar quais as novas reflexões meu convívio comunitário me possibilitou fazer no campo de estudo sobre direitos humanos, relacionando as noções de “corpo-si” e “uso de si” para a compreensão da convocação do ser na execução do referido trabalho.

Também pretendo apresentar de forma inicial a minha escuta do contexto comunitário analisado a partir da percepção dos hábitos e aspectos culturais locais, como o meu olhar foi mudando ao longo do tempo na medida em que minha interação com os atores locais se tornou mais profunda. É este relato que une a minha transformação pessoal e a mudança no espaço social que eu estive inserida e que me permite apresentar novas reflexões críticas no campo acadêmico, baseadas em práticas sociais continuadas. A metodologia do trabalho será a pesquisa qualitativa de delineamento bibliográfico, com consulta de livros e periódicos, e relato de experiência de minha atuação em projetos sociais no Rio de Janeiro e Bahia, desde 2008.

O “CORPO SI” EM MINHA DESCOBERTA PROFISSIONAL: INTERCÂMBIOS E MUDANÇAS

A ergologia tem origem em estudos pluridisciplinares a respeito de situações de trabalho em fins de 1970 e início de 1980 na França, e é fruto de experimentações e debates sobre a proposição analítica do trabalho humano (ATHAYDE e BRITO, 2011; HENNINGTON, CUNHA e FISCHER, 2011). De acordo com a ergologia, o trabalhador é constantemente confrontado com as variáveis que envolvem o universo, sendo sempre

necessário que o mesmo faça micro escolhas durante a execução de suas atividades (HOLZ e BIANCO, 2014).

Neste sentido, o conceito de “corpo de si” utilizado pela ergologia é definido como “[...] árbitro no mais íntimo da atividade, [...] que não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (SCHWARTZ, DUC e DURRIVE, 2010, p. 196). Para os autores, gerenciar escolhas entre trabalhar “por si” ou “pelos outros” passa pela inteligência muscular, neurofisiológica, histórica e pela inconsciência do próprio corpo. Remete então às profundezas do que se é, que afasta o indivíduo da objetivação (HOLZ e BIANCO, 2014).

Refletir sobre as profundezas do ser na minha relação enquanto trabalhadora foi um processo analítico que perdura há pelo menos dez anos. Foi através deste meu primeiro contato com populações marginalizadas que comecei a perceber que as leis que eu estudava na Universidade não se aplicavam ao universo social da favela, e que mesmo estando ali naquele espaço, enquanto defensores dos direitos, observei que aquela realidade social em sua dinâmica própria não se encontrava contida nas leis civis.

Para melhor elucidar a problemática era possível que as pessoas estivessem concretamente vinculadas a diferentes tipos de normas, às legais, que se efetivavam em parte sua vida civil (por exemplo, quando vinculadas por um contrato individual de trabalho), e às normas sociais, quando suas moradias eram reguladas por uma associação de moradores, e poderiam ter o seu direito de locomoção limitado pelas normas do tráfico de drogas.

Essa dinâmica social criava um corpo próprio de normas que precisava ser identificado e reconhecido pelo Projeto Balcão de Direitos¹, na favela da Providência, localizada no centro do Rio de Janeiro – RJ. Um dos objetivos da iniciativa era abrir portas para a criação de um espaço participativo que privilegiasse o diálogo e a cultura local em detrimento das diferentes formas de violência presentes, seja estatal ou comunitária.

A minha percepção enquanto trabalhadora era que havia um hiato entre lei e vida social, a impressão era que as pessoas viviam fora das leis, sempre a um passo da ilegalidade, e isso causava um certo desconforto em minha lógica de ordem. O passar do tempo foi requerendo um distanciamento da visão tecnicista e positivista do Direito para que efetivamente o objetivo das ações fossem satisfeitas e as pessoas pudessem acessar os seus

¹ Na favela da Providência, o Balcão de Direitos foi instalado em 2009. A experiência do Balcão de Direitos nas favelas do Rio de Janeiro está inserida em um contexto histórico de afirmação de direitos e reorganização dos governos e sociedade civil. Nesta direção, diante da necessidade de ampliar ao acesso aos mecanismos jurisdicionais a uma significativa parcela da população, a partir da articulação de líderes comunitários, a ideia do Balcão foi germinada na organização da sociedade civil Viva Rio, e apoiada pelo Governo Nacional, se instalou de maneira pioneira em 5 (cinco) favelas do Rio de Janeiro, iniciada no ano de 1996.

direitos. O primeiro momento de desconforto foi se transformando em um processo de aprendizado com a “leitura de mundo” (FREIRE, 2007) da comunidade. Algumas mudanças na minha postura e da equipe oportunizaram a execução de outras atividades não previstas no planejamento inicial do Projeto (oficinas de direitos humanos com as crianças e adolescentes).

Outras experiências, como o Programa Justiça Comunitária (2012)², Projeto Bebel³, Projeto Crescer⁴ e Projeto Mais Nordeste (2015-2017)⁵, Projeto Filhos da Terra: um despertar para a educação cidadã (2018)⁶, Projeto Infância e Trabalho (2019)⁷ também me possibilitaram o processo de reflexão institucional e comunitário para compreender melhor os fenômenos sociais, facilitando assim intercâmbios entre a minha atuação e o meio.

² O Programa Justiça Comunitária foi idealizado pela juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Gláucia Falsarella, há mais de 10 anos. O Programa nasceu em 2000 a partir da experiência do Juizado Especial Cível Itinerante do TJDFT, que buscava atender moradores das comunidades do Distrito Federal que tinham dificuldades de acesso à Justiça formal. Nesses dez anos, o Programa se instalou em três regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, com 332 mil habitantes, Taguatinga, com 223 mil, e Samambaia, com 147 mil, contando com 60 agentes comunitários capacitados para atuar na mediação de conflitos. Esses agentes compartilham a linguagem e o código de valores da região onde mora, o que auxilia bastante o entendimento entre as partes e a resolução amigável do conflito. Esse dado confirmou que a iniciativa efetivamente rompia obstáculos de acesso à Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/72122-justica-comunitaria-chega-aos-morros-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

³ O Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça da Bandeira – RJ, realizado nos anos de 2013 a 2014, foi financiado pela Comissão Europeia e executado pela ONG Gerando Vida em parceria com a instituição francesa Planet Finance. Atendeu 150 (cento e cinquenta) mulheres em situação de vulnerabilidade social através de atividades como gestão empresarial, alfabetização de adultos, cursos de idiomas, profissionalização, além de acompanhamento social, jurídico e psicológico.

⁴ Executado pela organização não-governamental Gerando Vida, com 50 (cinquenta) crianças e adolescentes moradoras do centro de prostituição de São Cristóvão, no bairro Praça da Bandeira, entre os anos de 2008 a 2016, e 20 (vinte) crianças e adolescentes moradoras da favela da Casa Branca, no bairro Tijuca, entre os anos de 2012 e 2013, ambos realizados na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

⁵ Executado pela organização não-governamental Gerando Vida, no bairro periférico Alecrim II, localizado na cidade de Eunápolis, extremo sul da Bahia, nos anos de 2015 e 2016. O Projeto atendeu 50 (cinquenta) crianças e adolescentes em atividades de incentivo à leitura e cultura, além de trabalhar de forma integrada o acompanhamento social das famílias, a capacitação gerencial das lideranças comunitárias e a formulação de políticas públicas sobre trabalho infantil na esfera municipal e estadual.

⁶ aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Seguro, financiado pelo Itaú Social, executado pelo Instituto Mãe Terra. O Projeto teve como objetivo construir o Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil no Município de Porto Seguro a partir da aplicação de uma metodologia interativa diagnóstica (talk show e sarau do aprendiz) junto a uma amostra de 660 adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, a qual teve por objetivo levantar as formas de labor prevalentes no universo de 100% das escolas da rede pública de ensino fundamental do Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, nos anos de 2018 e 2019.

⁷ Financiado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia, a execução do Projeto será realizada pelo Instituto Mãe Terra no ano de 2019. Com objetivo geral de criar um espaço de escuta e capacitação dos atores sociais que trabalham na rede de proteção da criança e do adolescente no município de Porto Seguro - BA, de forma direta ou indireta, com a temática do trabalho infantil. Tendo como objetivos específicos: Fomentar um espaço interdisciplinar de escuta sobre casos concretos que envolvam situação de trabalho infantil; analisar a complexidade dos casos de envolvimento infância e trabalho incentivando a construção coletiva de ações interventivas e revisitar o estudo teórico e normativo da questão abrindo novas alternativas de reflexão e atuação.

O “USO DE SI”: O MEIO ENQUANTO INFLUENCIADOR DE MUDANÇAS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

O trabalho como “uso de si” significa que não há execução, mas uso, uma vez que o ser do indivíduo que é convocado, o que torna os recursos e capacidades mais amplos (SCHWARTZ, 2000). De acordo com o autor, o “uso de si” se perfaz como

[...] um sábio desconhecido, o desejo de saúde, o desejo de abrir no mundo cotidiano espaços onde ser norma instituinte, por pouco que se o deseje, que pode tornar possíveis as transferências de afetos e de símbolos entre heranças do desafio infantil e coerções, heranças e possíveis ofertas pelas atividades humanas em cada momento determinado da história; e de tal sorte que esta segunda ordem da realidade não seja simples repetição, mas um retrabalho com profundidade do primeiro (SCHWARTZ, 2000, p. 47).

Desta forma, o trabalhador sempre reorganiza o trabalho que lhe foi imposto, e ele realiza este processo a partir da forma como vê o mundo. De acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010, p. 35), “[...] a ideia de atividade é sempre um ‘fazer de outra forma’, um ‘trabalhar de outra forma’”. “Isso porque os indivíduos são únicos e singulares e suas histórias e experiências refletem e interferem na realização do seu trabalho, o que leva todo ato de labor a ser um uso de si por si e pelos outros nos coletivos, repletos de encontros de valores (HOLZ e BIANCO, 2014, p.497).

Além disso, existem as dramáticas de uso de si que acontece quando o indivíduo precisa fazer escolhas, arbitrando entre valores diferentes ou contraditórios, “Dramática” remete ao fato de que no trabalho há sempre um destino a se viver, destino que será determinado pelas escolhas feitas constantemente. A partir das escolhas, ponderam-se os riscos: “[...] de falhar, de criar dificuldades novas, de desagradar” e, ao mesmo tempo, “escolher essa ou aquela hipótese é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de ter que assumir as consequências de suas escolhas” (SCHWARTZ, DUC e DURRIVE, 2010, p.191).

Uma dramatique é, portanto, o lugar de uma verdadeira micro-história, essencialmente inaparente na qual cada um se vê na obrigação de se escolher ou escolher orientar sua atividade de tal ou tal modo. Afirmar que a atividade de trabalho não é senão uma dramatique do uso de si significa ir de encontro à ideia de que o trabalho é, para a maioria dos trabalhadores, uma atividade simples de “execução”, que não envolve realmente sua pessoa (SCHWARTZ, 1998, p. 104).

De acordo com Holtz e Bianco (2014, p.498), os “usos de si” podem ocorrer de duas formas: o uso de si por si e o uso de si pelos outros. “O uso de si por si refere-se ao

posicionamento que cada trabalhador toma diante das normas com as quais se depara, confrontando-as e alterando-as, fazendo escolhas, arriscando-se”, neste sentido, faz uso da sua inteligência dos seus gostos, da sua sensibilidade e história, recombina valores adequados a sua realidade, o que leva a cada ato do trabalhador ser único. Já o uso de si pelos outros “remete a um conjunto de estatutos diversos, uma vez que jamais se trabalha totalmente sozinho [...] fazendo do trabalho uma realidade profundamente coletiva e profundamente individual, visto que é profundamente singular”. (DURAFFOURG, DUC e DURRIVE, 2010; SCHWARTZ, 2004; SCHWARTZ, DUC e DURRIVE, 2010).

Todo este processo relacional, o intercâmbio de saberes com a comunidade possibilitou novos sentidos a todo processo de dinâmica social por mim vivenciado, porque esteve fundamentado na valorização de todas as partes e nos diversos conhecimentos presentes no território, visando à construção de uma nova realidade, a partir de bases de sociabilidade pautadas em uma cidadania ativa.

O importante nesta dinâmica foi fomentar/construir um espaço participativo, que privilegiou um saber comprometido com a transformação social. De acordo com Giannella (2007), são indispensáveis para a construção destes espaços o desenvolvimento da capacidade dialógica (uma racionalidade não baseada em nenhum esquema ideal e normativo a ser imposto na realidade e, ao contrário, atenta à concretude dos contextos e ao reconhecimento neles da dimensão estrutural e gerativa do conflito), da capacidade inclusiva (processos de construção de políticas mais inclusivas e que abarque o contraditório de valores, paixões, desejos, visões de futuros do sujeito real) e da capacidade reflexiva (a perspectiva de ultrapassar o caráter separado e abstrato do conhecimento da realidade, adotando uma postura reflexiva e crítica).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção de meu fazer profissional surgiu a oportunidade de um estudo mais aprofundado sobre algumas temáticas sociais no âmbito da Pós-graduação em Estado e Sociedade, na Universidade Federal do Sul da Bahia. Possibilidade esta que abriu novas portas de construção de um saber complexo, agregando as irregularidades do espaço social e meu próprio ponto de vida para a produção de um conhecimento situado, além de ampliar o espaço para a escuta ativa de todos os sujeitos envolvidos e seus saberes para que novas reflexões sobre as temáticas sociais fossem possíveis, e outras possibilidades de compreensão e intervenção social transformassem as velhas práticas e os saberes já cristalizados no profissional do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, M.; BRITO, J. Ergologia e clínica do trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na Pós-modernidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DURRIVE, L.; JACQUES, A. M. **O formador ergológico ou “Ergoformador”**: uma introdução à ergoformação. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010. p. 295-307.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIANNELLA, Valéria. **O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?**. In: *Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina*. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.

HARAWAY, Donna. **Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80**. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. Rocco: Rio de Janeiro. 1994.

HENNINGTON, A. F.; CUNHA, D. M.; FISCHER, M. C. B. Trabalho, educação, saúde e outros possíveis: diálogos na perspectiva ergológica. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. supl. 1, p. 5-18, 2011.

HOLZ, Edvalter Becker; BIANCO, Mônica de Fátima. **Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho**, *Cad. EBAPE.BR*, v. 12, Edição Especial, artigo 6, Rio de Janeiro, Ago. 2014.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade**. Fundação São Paulo: Peirópolis. 2000.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13. n° 37. jan/abr. 2008.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. **A linguagem em trabalho**. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Belo Horizonte: Trabalho e Educação*, n. 7, p. 38-46, jul./dez 2000.

_____. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 34-50, jul. 2000.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-35, 2004.

ⁱ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Gestora social e fundadora da ONG Gerando Vida E-mail: dannymedeiro@hotmail.com